



SEÇÃO: DOSSIÊ – ARTIGO

## O CPERS, o petismo e a Assembleia Legislativa Gaúcha: disputas em torno da representação do movimento sindical do professorado gaúcho e sua ligação com o Partido dos Trabalhadores durante o governo Olívio Dutra no Rio Grande do Sul (1999-2002)

*CPERS, "petismo" and Legislative Assembly of Rio Grande do Sul: disputes over the representation of the union movement of teachers from Rio Grande do Sul with the Workers Party in Olívio Dutra Government (1999-2002)*

**Rafael Saraiva**
**Lapuente<sup>1</sup>**

[orcid.org/0000-0003-2989-109X](https://orcid.org/0000-0003-2989-109X)  
[rafael.lapuente@acad.pucrs.br](mailto:rafael.lapuente@acad.pucrs.br)

**Recebido em:** 2 mar. 2019.

**Aprovado em:** 3 nov. 2019.

**Publicado em:** 21 dez. 2020.

**Resumo:** O nosso objetivo neste artigo é analisar de que maneira a oposição procurou explorar a relação entre o Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul (CPERS) e o Governo do Estado no período em que Olívio Dutra (Partido dos Trabalhadores – PT) comandou o executivo do Rio Grande do Sul. Para isso, utilizamos as fontes jornalísticas (jornais *Correio do Povo* e *Zero Hora*) e discursos proferidos pelos parlamentares na tribuna da Assembleia Legislativa gaúcha (1999-2002). Para essa análise, nos apoiamos no aporte teórico da sociologia bourdesiana para compreender a luta simbólica entre as bancadas e seus agentes. Partimos da premissa de que o Governo era minoritário no parlamento e, por isso, tinha que enfrentar uma oposição que visava reverter a ascensão do PT no campo político regional. Além disso, consideramos o fato de os movimentos sociais servirem como um importante recurso do microcosmo governista, que proporcionou a conversão em capital político para ela, explicando parte de sua ascensão apesar da origem extraparlamentar do partido no período da redemocratização.

**Palavras-chave:** Governo Olívio Dutra. Assembleia Legislativa. CPERS.

**Abstract:** Our objective in this article is to analyze how the opposition tried to explore the relationship between the CPERS and the state government during the period in which Olívio Dutra (PT) led the Rio Grande do Sul executive. newspapers (*Correio do Povo* and *Zero Hora* newspapers) and speeches given by parliamentarians in the floor of the Legislative Assembly of the State of Rio Grande do Sul (1999-2002). For this analysis, we rely on the theoretical contribution of bourdesian sociology to understand the symbolic struggle between the benches and their agents. We start from the premise that the government was a minority in parliament and, therefore, had to face an opposition that aimed to reverse the rise of the PT in the regional political field. In addition, we consider the fact that social movements serve as an important resource of the governing microcosm, which provided the conversion into political capital for it, explaining part of its rise despite the extra-parliamentary origin of the party in the period of redemocratization.

**Keywords:** Government Olívio Dutra. Legislative Assembly. CPERS.



Artigo está licenciado sob forma de uma licença  
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

<sup>1</sup> Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, RS, Brasil

## Introdução

A relação do Partido dos Trabalhadores (PT) com os movimentos sociais é bastante abordada pela bibliografia.<sup>2</sup> Benito Schmidt (199?) indicou a presença do PT-RS em diversos movimentos: sindical, de funcionários públicos, nos sem terra, de mulheres, negros e estudantes, tendo uma capilaridade bem variada. E Odaci Coradini (2001) mapeou as origens dos recursos sociais dos candidatos na eleição de 1994. Ele identificou que o PT foi a sigla que teve mais candidatos com origens sindicais e funcionários públicos entre todas as legendas, com nomes como Ronaldo Zulke (deputado estadual), Miguel Rossetto e Paulo Paim (deputados federais na época). Outro ponto ilustrativo foi o jornal *Zero Hora* mencionar que duas dezenas de sindicalistas haviam sido escolhidos por sufrágio para ocupar cargos públicos, sendo o próprio governador, e seu vice, líderes sindicais no passado recente. Também, um deputado opositor – Frederico Antunes – disse não ter “dúvida de que os sindicatos dos servidores públicos foram os que deram a vitória à Frente Popular. Não é mera coincidência o fato de que os principais escalões deste governo – e nisso não há nenhum demérito – são compostos de sindicalistas” (*Zero Hora*, 14.03.1999; *Anais da ALERGS*, 24.02.2000). Havia, portanto, bastantes evidências de que o PT garantiu boa parte de seu capital político também no Rio Grande do Sul por meio dos movimentos sociais.

Como o governo estadual, liderado por um partido de esquerda que ganhou capital político com um *habitus* opositor, colocando-se como representante desses segmentos organizados, teve que lidar com o novo contexto? E a oposição parlamentar, como associaria o governo petista aos movimentos sociais e cobraria as promessas e posições do PT quando o partido estava na oposição antes de 1999? Isso, sendo sabedores de que boa parte da *fides implícita* do PT foi formada pelo *habitus* opositor do partido

aliado à uma aproximação com os movimentos populares. Quais estratégias adotariam no novo contexto para subverter e impedir a trajetória em posição ascendente do PT no campo político regional? E como lidariam com movimentos que, em um passado próximo, pressionavam esses mesmos deputados quando eram situacionistas?

Para isso, estudaremos como as bancadas destacaram o papel do CPERS e dos profissionais da educação, sobretudo quando a questão salarial esteve em discussão, momento de maior conflito entre os agentes políticos. O estudo específico destes se dá pela sua vinculação com o PT gaúcho. Um deputado da oposição dizia que o CPERS (junto com o MST) era o grupo mais importante para o governo Olívio Dutra (FILOMENA, acesso em 13.08.2018), ilustrando essa proximidade e apoio ao movimento de forma deliberada. Nesse sentido, justificamos a importância de se conhecer: 1) A relação do CPERS com o Governo Estadual, cuja proximidade no período em que o PT esteve na oposição era reconhecido, e agora veria as expectativas daquele *habitus* opositor se converter em políticas públicas; e 2) como um governo minoritário no parlamento gaúcho viu essa relação ser explorada pela oposição parlamentar, que visava desgastá-la a ponto de provocar uma crise nessa relação, buscando reverter um importante recurso da sigla.

Por outro lado, essa relação se vincula com o seguinte questionamento: até que ponto os movimentos sociais possuem autonomia em relação às estruturas de poder estabelecidas? Isto é, de que forma podemos compreender o CPERS como um microcosmo autônomo em relação ao PT? Maria da Glória Gohn (2006) menciona que a relação entre as estruturas de poder e os movimentos sociais na ótica da autonomia do segundo em relação ao primeiro é um problema latino-americano de longuíssimo prazo. Contudo, os movimentos sociais de mais durabilidade tendem a ser aqueles que constroem

<sup>2</sup> Ver: GAGLIETTI, Mauro. *PT: ambivalências de uma militância*. Porto Alegre: Dacasa/Palmerina, 2003; IASI, Mauro. *As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.; KECK, Margareth. *PT: a lógica da diferença - o Partido dos Trabalhadores e a construção da democracia brasileira*. Rio de Janeiro: Centro Edelsen de Pesquisas Sociais, 2010; MENEGUELLO, Rachel. *PT - a formação de um partido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989; SINGER, André. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia de Letras, 2012.

uma identidade e agenda próprias. Nesse sentido que também procuraremos observar o dilema do CPERS: ser representado no mundo social como um microcosmo relativamente autônomo, com agenda própria e distante do petismo, ou próximo a uma "linha auxiliar", como exploraria a oposição. Sobretudo porque, a partir dos anos 1990, a trajetória do CPERS seria reconhecida como próxima do PT, especialmente, pelo fato de ser presidido por membros de tendências da legenda partidária.

## 2 Iluminando o palco: um diálogo com a sociologia bourdesiana

Utilizaremos nesse trabalho o conceito de campo político. Para Pierre Bourdieu, ele é um *microcosmo* social relativamente autônomo, com sua própria lei, princípio e regra de funcionamento dentro do *macro* mundo social, e surge da forma como ele resenha em sua obra a partir do século XIX (BOURDIEU, 2001, 2011; BOURDIEU; CHARTIER, 2011). Segundo Bourdieu, quem pretende se tornar um agente na política deve operar uma "conversão" para se adequar às regras próprias do campo, mesmo que esta ocorra gradualmente de forma inconsciente. Caso isso não ocorra, a atuação do agente político fica sob risco de exclusão ou fracasso. Dentre os fatores necessários para ingressar nesse microcosmo, é preciso obter um relativo grau de educação, acúmulo de capital político e tempo livre para poder se mostrar como porta-voz de grupo/grupos (BOURDIEU, 2001).

Portanto, esses fatores ilustram que a capacidade de ingresso no campo político é desigual. Ou seja, as condições sociais de funcionamento elaboram uma espécie de divisor: somente determinadas pessoas que conseguem preencher as condições de acesso podem "jogar esse jogo". A rigor, o campo político repousa sobre uma exclusão aos despossuídos que não têm condições de ingresso, cujo interesse da perpetuação dessa lógica existe entre aqueles que pertencem ao campo, ainda que sob o prisma de que representam os cidadãos que lhe delegaram essa condição. E assim que se legitimam dentro do Campo Político: fazendo crer a si e aos outros que

são porta-vozes dos grupos de eleitores que lhe dão sustentação. Esses despossuídos contribuem inconscientemente para que exista essa dominação, reconhecendo a legitimidade dos agentes políticos, que ocupam uma posição dominante.

Na lógica de acumulação de capital, o campo político é formado por um estado de forças e lutas entre agentes que usam suas armas para conflitar entre si. Nessas lutas, o objetivo dos agentes do campo é transformar ou conservar a relação de forças que confere a esse campo a sua estrutura em dado momento por meio de uma luta simbólica. Essa ocorre com os adversários dispondo de armas, capitais e poderes simbólicos desiguais. O objetivo dessas lutas é a busca pelo que Bourdieu chama de *monopólio da palavra*. Isto é, a luta política se torna cognitiva: se busca impor a visão mais legítima do mundo social pelo reconhecimento acumulado sob forma de capital simbólico de notoriedade e respeitabilidade. Por meio desse capital que se confere autoridade para impor o conhecimento legítimo do sentido do mundo social, sendo uma espécie de luta pela percepção, que visa manter ou subverter a ordem das coisas ao conservar categorias ou transformá-las. Nessa lógica, que é baseada na livre concorrência, busca-se dissimular o trabalho de imposição que existe nela (CHAMPAGNE, 1996; WACQUANT, 2005; BOURDIEU, 2001; BOURDIEU, 2011).

Para Bourdieu, a ação política tem sentido porque seus agentes, ao agirem no mundo social fazendo parte dele, "têm um conhecimento (mais ou menos adequado) desse mundo, podendo-se então agir sobre o mundo social agindo-se sobre o conhecimento que os agentes têm dele". Essa ação "tem como objetivo produzir e impor representações (mentais, verbais, gráficas ou teatrais) do mundo social capazes de agir sobre esse mundo, agindo sobre as representações dos agentes a seu respeito" (BOURDIEU, 2008, p. 117).

Nessa luta pela representação do mundo social disputada pelo "jogo político", a maior parte das pessoas está excluída por não preencherem as condições de acesso. Mas, embora o campo político tenda a aumentar o próprio fechamento, ele jamais pode ser totalmente independente, já

que possui uma relação de vinculação indissociável com a sua clientela e os leigos externos ao campo. Em síntese, é nele onde se concorre pelo poder de falar e agir em nome das pessoas que estão excluídas do campo político. E nessa disputa que se constituem as lutas para transformar ou conservar as relações de força dentro do campo. Em meio a essas disputas levadas a cabo pelos agentes políticos, é importante destacar que o capital possuído por seus agentes não depende somente deles. Estará vinculado, primeiramente, ao peso de seu partido e, também, à posição do agente dentro do grupo.

Corroborando o sentido que estamos trabalhando, Bourdieu menciona que as lutas simbólicas do campo político têm o objetivo de produzir o *sensu comum*. Esse poder simbólico "é um poder de fazer coisas com palavras. É somente na medida em que ela é verdadeira, isto é, adequada às coisas, que a descrição faz as coisas", sendo um poder de consagração ou revelação daquilo que já existe. Assim, as lutas buscam constituir seu ponto de vista como universal por meio de conflitos contra visões que são concorrentes (BOURDIEU, 2001, p. 135).

Nas democracias parlamentares, a luta para conquistar a adesão do cidadão é, também, para manter ou subverter a distribuição de poder do Estado. Os agentes que instituem essa disputa, os partidos políticos, são para Bourdieu organizações de combate ordenadas para conduzirem o que chama de "forma sublimada de guerra civil". O poder conquistado pelas organizações é proporcional à mobilização que elas conseguem. Por isso que, nessa lógica concorrencial, o autor destaca que se deve levar em conta que os partidos só possuem "existência relacional e seria vão tentar definir o que eles são e o que eles professam independentemente daquilo que são e professam os seus concorrentes no seio do mesmo campo", tendendo a organizar-se em dois polos – "direita vs. esquerda", "progressistas vs. conservadores" etc. (BOURDIEU, 2001, p. 178). Assim, mobilizam grupos que acabam dando suporte para as ideias-força defendidas pelos partidos.

Nessa lógica cuja força da mobilização é fun-

damental, a palavra polissêmica e imprecisa de "povo" e seus derivados possuem importante peso no campo político. Diferente, por exemplo, de outros campos – como o literário e o artístico –, onde a "popularização" é uma desvalorização, quando falamos de política o termo, por outro lado, possui grande valor..

O uso desse termo, no campo político, tende a ser abstrato, e falar em nome do povo é sempre arbitrário e impreciso. Nesse sentido, o uso do termo e de derivados está vinculado com a lógica da delegação, através da qual uma pessoa ou grupo transfere poderes para outra por meio de uma espécie de "procuração". O plenipotenciário é uma pessoa que possui um mandato para representar como porta-voz esses interesses. Em síntese, ele representa um grupo, mas também faz com que ele exista: o grupo só se faz entender, falar e ser ouvido, se ele se despossuir em favor de um porta-voz. Essa lógica é ainda mais forte se o grupo não possuir capital cultural, quando essa dependência aumenta (BOURDIEU, 2004). Ou seja, fica claro que, na concepção bourdieana, os dominantes existem sempre, e os dominados precisam se *fazer existir* – muitas vezes, sendo obrigados a aderir a essa relação de dependência para tal.

A organização de polos, que aqui serão tratados como *oposição* e *situação*, são pontos importantes para compreender o papel que as bancadas desempenhavam na estruturação inerente em um campo de forças e lutas como o político. O princípio de divisão age como organizador e aglutinador de grupos e de forças sociais. Esses se mobilizam por meio das ideias-força. Essa mobilização, liderada por grupos diferentes e antagonicos, é que vai definir a luta política: as ideias-força que conseguem ter maior raio de mobilização serão aquelas dominantes. Isto é, se o princípio de divisão proposto por um determinado grupo for apoiado pelo maior número, ele terá a força correspondente daqueles que compartilham da mesma visão. Por isso é uma luta, sobretudo, intelectual. Nessas disputas, as estratégias visam impor uma nova construção da realidade social ou sua conservação (BOURDIEU, 2001, 2004). As disputas no campo político pos-

suem duas vias: são combates por ideias-força e por poderes. O objetivo, como já dito, é que com essa mobilização o grupo dominante ascenda ao poder sobre o Estado, acessando os cargos públicos pela mobilização eleitoral.

Também aqui se considera a importância dos agentes do campo jornalístico no político. O jornalista, diz Bourdieu, possui formas de intervir no campo político. Ele é capaz, em certas conjunturas, de dominar o acesso de um homem político ou movimento, controlando se esses ganharão ou não estatuto de força política. A presença do discurso político na imprensa e por meio dela pode resultar tanto na acumulação como na perda de *fides* (BOURDIEU, 2008). A relação próxima entre os campos político e jornalístico também pode resultar em uma prática comum, que é a conversão de capital simbólico adquirido em um campo para o outro. Isso explica, por exemplo, o ingresso de muitos jornalistas no meio político.

Além disso, essa proximidade mostra a incompletude que seria se buscássemos entender o discurso político apenas pelos seus locais "oficiais" de enunciação, como no parlamento. A proximidade entre os campos político e jornalístico, com o segundo sendo um agente presente no primeiro, justifica a necessidade de incluir os discursos políticos veiculados na grande imprensa. Isso porque o impacto gerado por um discurso nesse campo causa, por vezes, um efeito muito maior do que um proferido em um espaço ocupado apenas por profissionais do campo político, fazendo com que a atuação de muitos agentes seja mais relevante por esse meio do que pelo próprio parlamento. Na tribuna, a relação é mais próxima entre profissionais. Já na imprensa, pelo seu caráter voltado a um público mais amplo, o diálogo é maior entre os profanos, mas também é direcionado às classes dominantes cultural e economicamente, agentes externos do campo político que se interessam e participam dele.

Essas intervenções ocorrem por meio de "informações" políticas, pesquisas de opinião, fiscalizações e com outras ferramentas que embasam sua disputa de "porta-voz" do "povo" com o político, impondo-se à lógica de apegamento à delegação

por sufrágio como única forma de falar e agir em nome dos profanos. Este capital delegado por meio da investidura de um mandato legitimado pelo Estado já não era suficiente para os agentes do campo político, que possuíam forma instantânea e permanente de pressão. Por outro lado, usando-se de uma retroalimentação constante, os próprios agentes do campo político – sejam órgãos, sindicatos, governos ou parlamentares etc. – reconheceram a legitimidade destes órgãos. E procuram, por meio deles, construir seu capital, sua legitimidade e uma relação aproximada com os "profanos", entendidos aqui como aquelas pessoas que estão excluídas do campo político, e que são um público atingido em massa pela imprensa, deslocando para esse meio parte da luta política. A forma lenta e gradual de obtenção de capital político por meio de militância, discursos e passeatas, diz Patrick Champagne (1996), foi substituída por um modelo mais dinâmico. A obtenção de capital político, agora, é tão rápida quanto pode ser a sua perda.

### 3 Os reajustes salariais na ótica parlamentar: executivo, legislativo, magistério e sindicato

Nas primeiras manifestações da nova legislatura, alguns parlamentares já abordavam o problema do reajuste à categoria. Elmar Schneider (Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB), comentando uma entrevista de Luciana Genro, mencionava que "a Deputada Luciana Genro dizia que saiu satisfeita da audiência com a Secretária de Educação, Lucia Camini". Assim, alegava: "fiquei impressionado: como é que a deputada pode ficar feliz se o projeto de lei que trata de aumentar em 190% os vencimentos dos professores não foi enviado à Assembléia Legislativa" (Anais da ALERGS, 18.02.1999).

Nota-se que a questão salarial do magistério público estadual já tomou a atenção dos deputados desde o início da legislatura. Os deputados da oposição procuraram logo cobrar do PT o cumprimento de uma bandeira que o partido usava para mobilizar o Sindicato dos Professores e liderar as reivindicações da categoria contra

o governo de Antônio Britto, contribuindo para desgastar aquela administração. Estavam em pauta as posições "puritanas" que o partido teve quando atuou como uma oposição contundente à gestão do PMDB no Governo do Estado. Elmar Schneider (PMDB), por exemplo, não só cobrou do situacionismo uma proposta de reajuste, 10 meses depois do início do governo, como procurou constranger o parlamentar Edson Portilho (PT), cujos recursos sociais eram oriundos do professorado estadual. Assim, dizia que o parlamentar "representa neste Parlamento o Poder Executivo, e tenho certeza de que fará o anúncio tão esperado pelos professores". Assim, questionava: "Já se passaram quase 10 meses do início do Governo Olívio Dutra, e os professores não suportam mais a espera!", além de ironizar "Vamos esperar com muita ansiedade, em nome dos professores do Rio Grande do Sul, que o Deputado Edson Portilho venha a esta tribuna e anuncie que a promessa do Governador Olívio Dutra de reajuste salarial aos professores vai-se concretizar a partir de amanhã" (ANAIS DA ALERGS, 14.10.1999).

Podemos perceber que a tentativa da oposição visava constranger o governo do PT no primeiro ano de mandato e, ao mesmo tempo, colocar a administração petista *vis-à-vis* com um eleitorado que, pelas manifestações dos deputados oposicionistas, ofereceu significativo apoio a Olívio Dutra, confiando a ele capital de prestígio por contrapor Antônio Britto. Mas, aferindo que o governo optou por não reajustar nenhum salário no primeiro ano de governo, como o situacionismo justificou essa medida? Ponderando que a posição tomada pelo PT ia de encontro à postura que teve enquanto oposição. O que, de certo modo, causava danos ao capital político acumulado pelo partido e viabilizava para a atual oposição pressionar pelo cumprimento das bandeiras que o PT defendia quando estava fora do executivo.

Apesar desse choque de posições entre o PT "do governo" e "da oposição", nos perguntamos: a bancada situacionista aderiu sem contestações a essa posição, já que haviam deputados

vinculados ao professorado e que capitalizaram ali parte importante de sua *fides implicita*, como parcela da bancada do PDT e os parlamentares Luciana Genro (PT), Maria do Rosário (PT) e Edson Portilho (PT)? Correriam o risco de colocar em *xeque* parte do capital político incorporado em troca da fidelidade ao agrupamento – e ao governo – que lhes delegava prestígio? E a relação com o CPERS, como se manteve?

Em geral, a bancada governista procurou sustentar a ideia de que o executivo estava organizando as contas públicas deixadas pela gestão anterior e, por isso, ainda não tinha condições de conceder reajustes. Com exceção de Luciana Genro, os parlamentares do PT, do PCdoB e do PDT mantiveram-se na sustentação do discurso situacionista pelo menos nos primeiros meses. Portanto, assumiram a lógica de defesa da política institucional, fazendo pouco coro às reivindicações dos movimentos de base em prol de um reajuste.

O contrário ocorreu em casos pontuais: como quando, alegando se adequar à recém-aprovada Lei da Responsabilidade Fiscal, que criava um teto de gastos públicos com despesa de pessoal, o governo anunciava em junho um pacote de medidas que cortava vantagens acumuladas pelos servidores mais antigos, e afetava também a remuneração da categoria. Ou seja, ele colocava-se contra a criação de um reajuste salarial e nesse momento também propunha a retirada de direitos. Além da crítica ao pacote vir de toda a oposição ao PT, a bancada do PDT não aderiu e os parlamentares Paulo Pimenta, Cecília Hipólito e Luciana Genro também se opuseram, acarretando no recuo do governo em implantar a medida, nem a levando para o plenário.<sup>3</sup> Mas isso foi uma exceção. Pois, em geral, a bancada de situação sustentou o congelamento do salário no primeiro ano. Nota-se que os profissionais do campo político no parlamento calcularam os danos que a medida causaria em seu capital político e naquele delegado ao PT. E, também, expunha que o PT, enquanto microcosmo, não estava coeso.

O projeto de revogação do Plano de Carreira

<sup>3</sup> Cf. Deputada Estadual Luciana Genro (PT). Assembleia Legislativa. 16.06.1999. *Anais da ALERGS; Correio do Povo*, 17 jun. 1999. *Arquivo CP*; Deputado Estadual César Buzatto (PMDB). Assembleia Legislativa. 15.06.1999. *Anais da ALERGS*.

estabelecido pelo Governo Antônio Britto era uma pauta da campanha eleitoral, e defendida pelo CPERS. O governo apresentou esse projeto em novembro de 1999, com o aumento da pressão do Sindicato, dos servidores públicos e, também, da base aliada pela apresentação de uma proposta salarial. Ou seja, quando parte dos setores que apoiaram o PT em 1998 explicitavam a crise na *fides* ao governo e cobravam mais fortemente um posicionamento sobre as bandeiras que ele defendia quando estava na oposição, inaugurando um conflito entre os microcosmos e parte de seus recursos. São diversas as fontes que dão sustentação à tese de que, ao longo de 1999, surgiam divergências na base aliada do governo e em sindicatos próximos do PT, como é o caso do CPERS.

Citaremos alguns episódios que eram de conhecimento público e proferidos por aliados, que deixavam explícito isso. Em junho, o CPERS declarava Estado de Greve para "intensificar a pressão sobre o governo do Estado para que apresente soluções às reivindicações da categoria"; Luciana Genro criticava o governo pela ausência de uma política salarial. E Pompeu de Mattos, deputado federal do PDT, cobrava "definição do governo do Estado sobre reposição mínima de salário para o magistério". Também no PDT, toda a bancada solicitava uma política salarial para o magistério, pois seria "inadmissível que reduzam ainda mais os baixos salários dos professores" nas palavras de Vieira da Cunha, referindo-se à retirada de vantagens visando o enquadramento na Lei de Responsabilidade Fiscal. No PT, Paulo Pimenta dizia não ter como ignorar "a crescente pressão da base dos servidores na busca de uma política salarial justa" reconhecendo "a necessidade de o governo do Estado mostrar indícios concretos de sua disposição em corrigir as distorções salariais do funcionalismo". No CPERS, a direção do sindicato foi alterada em agosto, disputada entre duas chapas vinculadas a tendências internas do PT, ilustrando o domínio do partido sobre o sindicato. Na transição de diretoria, inclusive, estiveram presentes Olívio Dutra e a secretária Lúcia Camini (*Correio do Povo*, 12, 14, 16 e 17.06.1999; 17.08.1999; 18.09.1999 e 14.11.1999;

*Zero Hora*, 28.05.1999). Mas esse domínio do microcosmo partidário não significava ausência de tensões. Pelo contrário. Tanto o partido como seus convertidos e militantes profissionais e benévolo disputavam o controle do microcosmo para controlar a agremiação e apropriar-se do capital incorporado ao sindicato.

Para contrabalançar, o Governo Estadual apresentou o projeto de reestabelecimento do antigo plano de carreira no fim de 1999. Assim, respondeu aos setores que demonstravam seu descontentamento com o executivo recusar conceder reajustes no primeiro ano de mandato. Porém, essa proposta mantinha o acavalamento de níveis. Em linhas gerais, isso promovia uma diferenciação na remuneração do professorado conforme cada grau.

A proposta do governo foi discutida na ALERGS em cima dessa questão. A bancada oposicionista aproveitou o contexto de pressão que surgia na base aliada e, para constranger o governo, apresentou uma emenda que derrubava essa divisão. E, apegava-se no que Lucia Camini dizia à frente do CPERS em 1998, quando essa divisão foi imposta

Disponho da matéria em que a Professora Lúcia Camini afirma que irá lutar enquanto tiver forças para extinguir a superposição de níveis dentro do magistério. Estamos discutindo uma emenda defendida pela Sra. Secretária, e o líder do governo não comenta esse assunto na tribuna. Fala em plano de carreira e em melhoria de qualidade de ensino no magistério, mas que melhoria pode existir sem salário? [...]. Acredito que o Governador Antônio Britto não foi bom patrão, pois concedeu apenas 89% de aumento salarial para o magistério. Queremos discutir quando o governo do PT pretende conceder de aumento salarial ao magistério, mas o líder do governo ocupa a tribuna, debate o plano de carreira, mas não menciona a emenda que proporcionaria melhoria salarial a 70% dos educadores dos Níveis 5 e 6 (ANAIS DA ALERGS, 17.11.1999).

Vimos que o acavalamento de níveis motivou críticas não só ao governo e a então presidente do CPERS, mas também à atual diretoria do sindicato que, segundo a oposição, não teria colocado o tema na pauta de negociação com o governo estadual. Giovani Feltes (PMDB) argumentava que o CPERS não havia pedido pelo "jogo de compa-

drio, onde o interesse do braço político eleitoral, vinculado a quem está no poder, é maior do que a verdadeira representatividade dos milhares de professores". Ele dizia que o tema era tratado entre a oposição parlamentar e o CPERS, mas questionava que o próprio sindicato não havia levado à mesa com o governo, mas cobrava dos parlamentares antagonistas ao executivo que votassem contra a manutenção dos níveis (ANAIS DA ALERGS, 17.11.1999).

A estratégia da oposição foi constranger sindicato e governo. Ao cobrar posição em relação ao desnivelamento salarial imposto pelo Plano de Carreira e mantido pelo projeto encaminhado pelo executivo, ela colocava-se como advogada da reivindicação da categoria e, ao mesmo tempo, punha em xeque a posição do PT como "guardião" dos direitos dos professores do estado. Conseguia, na luta simbólica, colocar-se como "protetora" da categoria e procurava obter capital político na medida em que fazia o situacionismo ficar defrontado com o magistério, conseguindo apoio também de benévols, isto é, de profanos simpáticos à causa do professorado, embora sem ligação direta com eles.

É nessa direção que Otomar Vivian, do PPB, alegava que Olívio "se elegeu com significativa votação dos servidores públicos, especialmente do magistério gaúcho" e assumiu "o compromisso durante a campanha eleitoral de restabelecer – repito, de restabelecer – a Lei nº 6.672/74, referente ao Plano de Carreira do Magistério". Assim, dizia estar surpreso que em "nenhum momento foi mencionada a questão da remuneração dos professores, e o governo manteve o chamado acavalamento dos níveis, que reduz os vencimentos dos professores estaduais, especialmente dos Níveis 5 e 6". Ele dizia que a proposição da emenda ajudava "assim o governo a cumprir o que prometeu durante a campanha política, isto é, restabelecer na sua integralidade o Plano de Carreira do Magistério da Lei n.º 6.672/74" (ANAIS DA ALERGS, 17.11.1999).

Houve também uma luta personalizada, direcionada aos parlamentares ligados ao magistério gaúcho. A oposição procurou também refletir aquilo

que eles defendiam na oposição, deslegitimando suas falas como representantes legítimos da categoria que os ajudou a eleger. Ou seja, contrapuseram os limites que esses deputados enfrentavam agora no governo ao *habitus* oposicionista que ajudou a formar o capital político da sigla e pessoal desses agentes. Mário Bernd (PMDB) chegou a chamar o deputado Edson Portilho de "deputado cartilista" por votar contra a categoria, seguindo a posição definida pelo executivo. E defendia a posição de Luciana Genro, que votou contra o próprio governo. Assim como ele, Postal também elogiava sua postura por votar em separado da bancada (ANAIS DA ALERGS, 17.11.1999). Ao elogiar a atuação de Luciana Genro, contribuíam para o constrangimento dos demais deputados e atuavam para criar uma crise interna na bancada do PT. Isso porque Luciana Genro optou por defender seu capital político pessoal e não votar contra o CPERS, apoiando a posição que a agremiação sindical tinha acolhido. Para isso, apegava-se a outros argumentos, associados às reivindicações que partiam do sindicato que se colocava como autorizado a falar em nome dos professores.

Em relação a essas críticas, como os deputados do PT buscaram defender o governo desse conflito? Além disso, como procuraram fazê-lo tendo em vista a manutenção do projeto original, que foi enviado pelo executivo gaúcho? Como os deputados vinculados ao magistério responderam às provocações que visavam justamente dissociar esses parlamentares do grupo onde obtinham a delegação de representantes e obtinham a *fides* deles?

Como os deputados da oposição também contrapuseram com a ideia de oferecer naquele instante um reajuste salarial, os parlamentares ligados ao governo diziam que a medida era inconstitucional. Para contrapor e assegurar o apoio do professorado, parte dos deputados do governo diziam "fazer um debate posterior" do tema. E, também, contrastavam a maneira de agir da administração petista com a do PMDB. Eles sustentavam que o plano anterior fora aprovado sem "nenhum debate com os educadores, com as comunidades, foi votado e aprovado por este



plenário, tendo toda a categoria do magistério público estadual em oposição à proposta", e indagavam: "tiveram durante quatro anos a possibilidade de fazer o chamado desacavalamento do plano de carreira e não o fizeram – ao contrário, institucionalizaram-no – vêm agora falar em coerência, em responsabilidade, em demagogia" (ANAIS DA ALERGS, 17.03.1999). O projeto foi aprovado com duas emendas, recomendando reajuste à categoria e extinguindo o acavalamento de níveis, essa com o executivo anunciando que vetaria.

Notamos que os blocos tentaram interpretar a aprovação da revogação do Plano de Carreira como algo positivo, disputando a participação simbólica da legitimidade do projeto e, conseqüentemente, o possível capital político que poderia ser advindo dessa medida. Mas a estratégia dos agentes da oposição em propor o fim do acavalamento de níveis constrangeu a relação entre CPERS e governo. Esse ficou com o ônus político de vetar a medida que era apoiada pelo sindicato. A oposição conseguia não só disputar a participação em uma "agenda positiva", como a proposta da revogação do plano de carreira era, mas também constranger o governo e abalar a confiança do representante legítimo da categoria com ele.

É o que fica evidente na entrevista da presidente do CPERS: "Juçara Vieira assegurou também que o magistério continuará mobilizado para eliminar a sobreposição de níveis, pois o governo deverá vetar a emenda aprovada pelo Legislativo" (*Correio do Povo*, 18.11.1999). Ou seja, o sindicato anunciava que a relação com o governo passava para uma linha de maior tensão, com o primeiro pressionando para se manter a emenda da oposição. É possível afirmar, portanto, que a oposição conseguiu atingir o objetivo de gerar uma crise na *fides* entre CPERS e Governo.

Lucia Camini, em trabalho acadêmico, destaca que a crise não foi somente com o parlamento. Segundo ela, o CPERS teria feito "tensionamentos fortes" e "muitas manifestações, documentos públicos e tensões no parlamento até a sua aprovação". A divergência maior seria sobre os "níveis do Plano [de carreira], em que o Sindicato defendia um percentual

maior entre os níveis, a partir do vencimento básico, os níveis de escolarização e o enquadramento de todos os funcionários na carreira" (CAMINI, 2005, p. 95). A pressão contra o governo vinha praticamente de todos os setores, que mobilizavam os recursos que possuíam para pressioná-lo e converter suas reivindicações em políticas públicas.

Em meio a essa discussão, em um caso específico, a oposição constrangeu Luciana Genro em sua relação com o agrupamento petista. A atitude dela, além de atrair o apoio da bancada oposicionista, teve como resposta pública de que era uma "imaturidade política" por Maria do Rosário e "quebra de lealdade e flagrante desrespeito" a uma "decisão do governo". Na visão do líder do governo no parlamento, era uma conduta que precisava "ser discutida pelos órgãos adequados dentro do partido". A Executiva Estadual do PT foi convocada pela sua bancada, pedindo punição da deputada. Segundo Zulke, "a questão é gravíssima e exige uma atitude da direção" (*Correio do Povo*, 18.11.1999).

As citações acima ilustram a crise interna que a atitude gerou, já que toda a bancada optou por defender a posição que era mantida pelo agrupamento e defendê-lo contra os ataques ao capital simbólico do PT. Ou seja, repudiando a atitude de Luciana Genro em ficar com a posição sindical e preservar-se da perda de *fides* com a categoria. Sua atitude, ao se descolar da posição da agremiação, dividia mais o microcosmos e colocava o governo com menos apoio em temas da agenda educacional que fosse de encontro às pautas do CPERS.

O apoio à parlamentar petista por parte da oposição ficou registrado em livro publicado por Onyx Lorenzoni (PFL). Nota-se a tentativa de jogar a deputada contra o PT e o governo, fazendo crer que a posição do partido era dissonante do que apregoava na oposição, colocando em descrédito os agentes situacionistas do campo político. Dizia ser "extraordinário que uma deputada do PT tenha que justificar ao partido o cumprimento do que prometeu aos seus eleitores" e que "O partido quer puni-la porque ele, partido, mudou de ideia. Esse partido disse, na eleição, que o outro candidato era

mentiroso, e o Rio Grande do Sul, silenciosamente, acreditou nessa mentira" (LORENZONI, 2000, p. 73).

A postura da oposição se dirigiu no sentido de impedir que uma "agenda positiva" – a alteração do Plano de Carreira – viesse a significar aumento de capital político ao Governo do Estado e reforço dos laços do PT com o magistério gaúcho, o que conseguiu com relativo sucesso. Ao propor o desacavalamento de níveis entre os professores contra a vontade do próprio PT, a oposição "virava o jogo", criando uma cisão na relação entre a categoria e o partido governista, se postar como defensor dela também e, sobretudo, deixar em *xeque* a *fides* que os deputados petistas possuíam do movimento sindical do professorado gaúcho. Ao aprovar a emenda, deixava ao executivo o ônus de vetá-lo, aumentando o desgaste dessa relação em um contexto onde a categoria se encontrava em Estado de Greve.

### 3.1 A greve do magistério público estadual: o governo e o movimento social em conflito aberto

O governo teve mais de três meses entre o anúncio da greve até seu início para resolver a crise. Pelos periódicos nota-se que não só o governo, mas o próprio PT e sindicatos aliados articularam uma solução para que o executivo não passasse o constrangimento de enfrentar um movimento paredista, aumentando o desgaste na relação com o CPERS. Já o sindicato condicionava isso com uma proposta de reajuste salarial e ratificava essa posição em Congresso, obtendo novamente apoio de dois deputados da base aliada: Luciana Genro (PT) e Giovani Cherini (PDT). O governo propôs em fevereiro, para evitar o movimento paredista, reajuste de 10% nos vencimentos e 14% no vale-refeição, junto ao pagamento das promoções de 1994. A tentativa não surtiu efeito, e o CPERS manteve a greve (Correio do Povo, 05 e 17.01.2000; CAMINI, 2005).

Em meio a esse contexto, a oposição procurou comparar a postura do governo atual com Britto. E associar o governo petista como "enganador" da categoria, tendo realizado menos do que a administração anterior. Assim procurava representar a gestão petista como "traidora". O debate

sobre isso foi o mais presente em fevereiro de 2000 e, na medida em que o início do ano letivo se aproximava, a discussão ganhava força. Apesar disso, o executivo petista não conseguia evitar o desgaste de enfrentar sua primeira greve.

Onyx Lorenzoni (PFL), por exemplo, utilizou depoimentos de Flávio Koutzii (PT) e Luciana Genro (PT), proferidos quando estavam na oposição, para contrapor a posição que tomavam agora. Com o objetivo de associar a ex-presidente do CPERS a uma imagem negativa, que estaria mais próxima do governo do que da categoria que representou, Lorenzoni dizia que "S. Exa. demonstrou grande vontade política para aumentar o seu salário de 600 reais para 6 mil reais. Depois de atingir esse objetivo, deve ter desgastado essa vontade política" (Anais da ALERGS, 23.02.2000). Com essa lógica, associava o governo e Lucia Camini como "traidores" da categoria na luta simbólica, cobrando as posições que tinham quando estavam na oposição. Era notório isso na fala de João Osório (PMDB), questionando a diferença de exigência no reajuste: "De um lado, o Governo do Partido dos Trabalhadores afirma que as dificuldades são muitas e que está estudando um aumento entre 9% e 10% - não por falta de vontade política, como no governo passado que seguia a mesma lógica". Dizia ele:

Não aceito e o que contesto é que usem a máquina de uma entidade para fazer política partidária. Isso não podemos admitir, e o fato está muito claro: a presidente do Cpers-Sindicato não está conseguindo separar sua figura de presidente do maior sindicato da história deste Estado e deste País da figura da militante política, misturando suas ações como presidente para dar respaldo ao partido político que está governando (Anais da ALERGS, 16.02.2000).

Nota-se a busca por procurar deslegitimar o governo como representante legítimo dos interesses da categoria e, também, o Sindicato, que estava, na visão imposta pela oposição na luta simbólica, entre os agentes profissionais do campo político, atrelado ao executivo. A oposição buscava construir-se como representante dos interesses da categoria, que não refletia a posição

dos agentes sindicais vinculados ao CPERS. Essa crítica já existia, mas agora vai ser colocada de forma mais recorrente, pressionando para que a agremiação sindical conflitasse por uma proposta melhor e, conseqüentemente, levasse o governo e seus agentes no campo político ao descrédito, já que o executivo demonstrava dificuldades na concessão de reajustes ao funcionalismo.

E a bancada governista, como reagiu à tentativa impetrada pela oposição de procurar desvincular um importante recurso que o partido tinha? Em geral, os deputados ligados ao governo do PT comparavam a maneira com que o executivo lidava com a situação no governo Antônio Britto e com outros estados da federação que eram geridos por partidos ligados à oposição e contemporâneos à Olívio Dutra. Edson Portilho (PT), rebatendo João Osório (PMDB), dizia que o PMDB "já foi governo durante oito anos e é governo com Fernando Henrique Cardoso, em nível federal, e em nenhum momento assume o projeto neoliberal que sucateia o serviço público, vende o patrimônio público e desemprega milhões de trabalhadores no País" (Anais da ALERGS, 16.02.2000). Comparando com os governos estaduais, dizia:

No Estado do Rio Grande do Sul, cobram-nos tudo o que não fizeram em quatro, oito ou 20 anos de governo. Vejam os números: em seu primeiro ano, o Governo Britto não conseguiu atingir os 35% da receita tributária líquida deste Estado com educação. Cumpriu a lei apenas no seu último ano. Gostaria que os deputados do PMDB viessem à tribuna para rebater essas informações, contrariando seus próprios números. Por dois anos, viemos às galerias gritar e solicitar aumento, e os Senhores eram surdos, o seu governo era surdo, porque não nos recebia e não atendia às reivindicações do magistério. Aprovaram uma lei para o magistério nesta Casa, Deputado João Osório, e V. Exa. participou da votação. Essa lei foi aprovada, mas não foi cumprida. Portanto, com todo o respeito aos meus colegas, como V. Exas. podem vir à tribuna exigir que realizemos, em um ano de governo, o que não conseguiram fazer em quatro, oito e até 20 anos? (ANAIS DA ALERGS, 16.02.2000)

Os governistas procuravam, na luta simbólica, associar os deputados antagonistas à gestão Britto. Buscou-se dar a ideia de que os parlamentares

da oposição também não eram coerentes ao exigirem do executivo regional medidas que os mesmos, enquanto governo, não tomaram. Não tendo, assim, legitimidade para exigir algo diferente. Dionilso Marcon (PT) defendia a proposta nesse sentido: "O índice de 10% pode ser considerado pouco por muitas pessoas, mas poucos conseguem enfrentar esse desafio". Colocava a proposta em consonância com o contexto econômico de 1999 e 2000, e não comparando com as posições adotadas pelo PT quando esteve na oposição. Por isso, também jogava a responsabilidade aos partidos opositoristas em outros estados, incompatível com a posição desses agentes no parlamento: "há diversas prefeituras do Estado que ainda não pagaram o décimo terceiro e estão com várias folhas de pagamento em atraso". Mencionando o caso catarinense, dizia que esse estado "pagou somente àqueles que recebem menos de 400 reais, e o governo federal há seis anos não concede aumento para o funcionalismo público federal e está até fazendo demissões" (ANAIS DA ALERGS, 23.02.2000).

A luta simbólica era, de um lado, entre os que cobravam dos microcosmos situacionistas posturas que estes defendiam quando estavam na oposição. E, do outro lado, quem formava a base aliada e contrapunha o atual discurso com a postura desses deputados quando seus microcosmos eram situacionistas em outros estados e municípios. Na luta das bancadas para fazer crer qual posição era mais legítima no mundo social, os governistas buscavam evitar que os agentes vinculados à oposição no campo político construíssem uma relação – e uma representação no mundo social – de *fides* com a categoria. Em uma lógica quase de "soma zero", para os governistas seria perder um importante apoio que tinham – e relevante na desconstrução de Britto e na formação de um capital político para o PT – para os agentes de oposição ao executivo.

Prova dessa tentativa de procurar se posicionar como representantes da categoria, e levar tanto PT como CPERS ao descrédito está na moção pública de solidariedade do PPB ao magistério gaúcho. Nela, diziam: "rejeitamos o índice de

aumento, a destruição dos valores cívicos, o caráter ideológico da constituinte escolar e do concurso para provimento de vagas do magistério e a partidarização do CpersSindicato" (*Correio do Povo*, 01.03.2000). Tentava-se colocar como representantes dos interesses da categoria e de deslegitimar CPERS e Governo pela forma como estavam conduzindo a negociação de reajuste para finalizar o movimento paredista.

A greve foi finalizada com reajuste de 14,9% parcelados ao longo do ano em uma Assembleia tumultuada, sem consenso e com o sindicato contestado pelos professores presentes nela (*Zero Hora*, 04.04.2000; CAMINI, 2005). Os deputados da oposição, observando que a categoria não estava unificada, procuraram corroborar o que vinham denunciando durante o processo de negociação, sobretudo pelo que chamavam de aparelhamento da agremiação representativa. Também aproveitavam para confirmar, com o fim do dissídio entre governo e categoria, aquilo que vinham dizendo, como forma de garantir legitimidade na sua posição e seguir desconstruindo a relação de confiança ao executivo representado pelo PT.

Para aumentar a crise entre CPERS e executivo com a categoria, Valdir Andres (PPB) sugeria que Lucia Camini se demitisse da Secretaria da Educação: "só resta a grandeza imperecível da renúncia. Se ficar, fica mal. Os dois lados, que precisam continuar a trabalhar juntos, ficam mal", pressionando para que "se S. Exa. tiver um pouco de dignidade, deve pegar seu boné e sua pasta e ir para casa". No mesmo direcionamento, César Bussatto procurou colocar-se como apoiador da categoria e dissociar essa de seu sindicato. Segundo ele, o legislativo iria solidarizar-se com "a luta do magistério, não com a do Cpers-Sindicato – partidarizado, petista, que está traindo a categoria –, mas com a dos mais de 100 mil professores que querem melhorar os seus salários". Ainda, defendia o governo precedido: "Que saudades dos 66,5% pagos a essa categoria no primeiro ano da administração anterior! Que saudades dos 89,2% pagos aos professores ao longo do governo de Antônio Britto!" (Anais da ALERGS, 04.04.2000).

Além de confrontar o professorado com o Go-

verno, buscava de novo colocar *vis-à-vis* o PT situacionista com o da oposição. José Ivo Sartori (PMDB), ao dizer que a paralisação ia "fazer bem ao PT, que vai comprometer-se com o discurso de acordo com a realidade, não fora dela; vai fazer bem ao PT, porque as palavras não solucionam problemas" e afirmando que estariam tratando não de "190%, mas de 14,9%! Isso é irresponsabilidade, é inconsequência política de ontem" (Anais da ALERGS, 04.04.2000), ele contrastava posições diferentes com contextos igualmente distintos. Assim, destacava as posições "puritanas" do PT como irresponsáveis, estando agora o partido, como situacionista, percebendo a dificuldade de estar no comando da máquina pública, não conseguindo converter essa nova condição em capital político por meio do cumprimento daquilo que defendia como oposição. Fazendo esse contraponto, a oposição atuou para desacreditar a proposta do governo estadual e evitar com que ela se legitimasse entre a categoria e demais setores – como a imprensa e os "formadores" de opinião – que poderiam ajudar a construir um capital político para o governo, inclusive, para além da categoria.

Já os agentes políticos vinculados ao governo estavam também divididos. O PT, enquanto microcosmo, não tinha unidade na atuação de seus agentes profissionais delegados por mandato na Assembleia Legislativa, sendo explícito isso na punição à Luciana Genro (PT) por ter votado pelo fim do acavalamento de níveis. Defendendo, junto com a oposição, a derrubada do veto imposto por Olívio Dutra. Ela também perdeu a vice-presidência da Comissão de Educação na Assembleia Legislativa e foi desautorizada pela bancada a falar em nome do partido. A medida veio quando a greve se desencadeava para o fim, e a oposição explorava a crise denunciando o PT como autoritário e incoerente. Mário Bernd (PMDB) e Frederico Antunes (PPB) defendiam Luciana Genro contra a medida (*Correio do Povo*, 03 e 05.03.2000).

A bancada governista fez, em números, menos manifestações em plenário. Em geral, procuraram reconhecer a legitimidade das reivindicações e colocar-se como solidários à pauta e à greve, mas que o executivo não avançava por falta de

condições. Essas, herdadas pelo governo Antônio Britto, que era associado aos parlamentares da oposição. Esses buscavam falar como representantes legítimos e delegados para falar em nome das reivindicações da categoria e dissociá-la do PT. Paulo Pimenta, por exemplo, defendia o papel do sindicato e dizia-se apoiador do movimento grevista. Em relação à proposta e à finalização da paralisação, reconhecia que a concessão era sob "um índice obviamente menor do que aquele que os professores esperavam, mas o maior índice concedido em qualquer Estado deste País a uma categoria de servidores" e que não havia nenhum governo que "tenha realizado concurso público e contratado quase 10 mil professores, ampliando as vagas nas escolas públicas". De forma semelhante, Maria do Rosário (PT) dizia que "nenhum dos deputados do Partido dos Trabalhadores ou a direção de sua bancada ocupou a tribuna para referir que o governo propõe o que é justo como reajuste ao funcionalismo público, particularmente aos integrantes do magistério e aos servidores de escola" (Anais da ALERGS, 04.04.2000 e 16.03.2000). Ambos reconheciam o papel do CPERS, preservando-o da perda de prestígio entre a categoria como a oposição estava fazendo, e reservava ao governo uma posição propositiva. Era a forma encontrada pelos agentes profissionais do campo político ligados ao governo de protegê-lo dos ataques da oposição, que buscava lucrar algum capital ao confrontar o discurso "puritanista" petista pré-1998.

### Considerações finais

Pelo exposto neste artigo, notamos que os agentes oposicionistas, em nenhum momento, procuravam na luta simbólica associar negativamente a categoria do professorado gaúcho no mundo social. A deslegitimação se dava apenas à diretoria do CPERS, o que não impedia também que o microcosmo sindical não dialogasse com agentes oposicionistas para a derrubada de vetos do executivo. Assim, acabava evidenciando que a proximidade do CPERS com o governo Olívio era rodeada por limites, haja vista que o sindicato era cobrado para manter pautas por políticas públi-

cas favoráveis ao magistério e ser composto por agentes que disputam internamente o controle da agremiação representativa.

Isso indica o peso, previamente calculado por esses agentes, que o apoio do professorado dava no campo político, marcado pela proposição de políticas públicas por meio de emendas e na tentativa dos deputados estaduais em derrubar vetos que iam de encontro aos interesses da categoria. Na luta simbólica, a respeito disso, pesa também a existência de uma quantidade de profanos benévolos que, apesar de não possuírem uma ligação direta com a categoria, simpatizam com estes, o que dimensiona o tamanho do capital político envolvido. Isso sem contar o fato de este ser o setor com maior número de funcionários ligados à burocracia estatal do Rio Grande do Sul e um dos maiores orçamentos do executivo.

Nessa luta simbólica, a busca pela desconstrução do PT e do CPERS envolveu a contraposição do discurso destes enquanto estavam na oposição com as posições defendidas na nova condição. Por isso, os agentes oposicionistas pressionavam para que o executivo gaúcho cumprisse a meta de reajuste para o professorado de 190%, solicitada por eles durante o governo Antônio Britto. Esse ponto, explorado durante todo o mandato, foi utilizado pela oposição como forma de desgastar os agentes ligados ao governo estadual, confrontando o discurso "puritanista" do PT antes de assumir o executivo. Além disso, esses agentes, em sua maioria, ligados ao governo Britto, comparavam a política de reajuste salarial adotada por aquele governo. Assim, visavam fazer crer na luta simbólica que, na administração anterior, o magistério havia conseguido melhor valorização, ainda que PT e CPERS tivessem se oposto e buscassem representar o inverso.

Já os agentes parlamentares governistas contrapunham a representação que a oposição fazia da política educacional impressa pelo governo apoiando o CPERS. Mesmo no momento de crise, quando o Sindicato deflagrou greve, os governistas procuravam reconhecer como justas as reivindicações, que não seriam atendidas em razão dos "problemas" encontrados na transição de governo.

Isto é, uma forma de responsabilizar, na luta simbólica, a gestão anterior por elas não serem atendidas. Apesar de tudo, os agentes governistas procuravam contrapor a tese que buscava deslegitimar o CPERS e seguir próximos de um importante recurso, responsável pela conversão em capital político de muitos deputados ligados ao governismo.

## Referências

BOURDIEU, Pierre. *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. <https://doi.org/10.1590/S0103-33522011000100008>.

BOURDIEU, Pierre. O Campo Político. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 5, p. 193-216, jan./jul. 2011.

BOURDIEU, Pierre. CHARTIER, Roger. *O sociólogo e o historiador*. Belo Horizonte: Autêntica editora, BOURDIEU, Pierre.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 187-188.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

CAMINI, Lucia. *O processo de construção da política educacional no Rio Grande do Sul de 1999 a 2002: relações, limites, contradições e avanços*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

CHAMPAGNE, Patrick. *Formar a opinião: o novo jogo político*. Petrópolis: Vozes, 1996.

CHAMPAGNE, Patrick. Poder simbólico y práctica democrática. In: WACQUANT, Loic (coord.). *El misterio del ministerio: Pierre Bourdieu y la política democrática*. Barcelona: Gedisa, 2005.

CORADINI, Odaci. *Em nome de quem? Recursos sociais no recrutamento de elites políticas*. Rio de Janeiro: Relume, 2001.

DUTRA, Olívio. Programa de governo – texto para discussão (versão preliminar, não revisada) – 30.07.1998, p. 52.

ENTREVISTA de César Busatto para César Filomena. DVD-ROM-2. Disponível em: <https://goo.gl/JJaNBe>. Acesso em: 25 out. 2017.

GOHN, Maria da Gloria. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. *Caderno CRH*, Salvador, v. 21, n. 54, 2006. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792008000300003>.

LORENZONI, Onyx. *Os 500 dias de governo do PT são outros 500*. Porto Alegre: Sulina, 2000.

MENDES, Valdelaine. *Participação na definição de uma política educacional: mecanismos de controle público sobre as ações do governo*. Tese (Doutorado em Educação) -- São Paulo, Universidade de São Paulo, 2005.

PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e social-democracia*. Companhia das Letras: São Paulo, 1991.

SCHMIDT, Benito. *História e memória do PT gaúcho (1979-1988)*. (obra não publicada).

SECCO, Lincoln. *História do PT*. São Paulo: Ateliê editorial, 2016.

WACQUANT, Loic. Indicações sobre Pierre Bourdieu y la política democrática. In: WACQUANT, Loic (coord.). *El misterio del ministerio: Pierre Bourdieu y la política democrática*. Barcelona: Gedisa, 2005, p. 28. grifo do autor.

ANAIS DA ALERGS (1999-2002).

JORNAL CORREIO DO POVO (Arquivo Correio do Povo).

JORNAL ZERO HORA (Arquivo Museu Hipólito da Costa).

---

## Rafael Saraiva Lapuente

Doutorando em História na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, RS, Brasil.

---

## Endereço para correspondência

Rafael Saraiva Lapuente

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul  
Programa de Pós-Graduação em História

Sala 8

Av. Ipiranga, 6.681

Partenon, 97010-082

Porto Alegre, RS, Brasil